



Perspectivas de investigación

Informação, tecnologia e democracia digital: uma análise das oportunidades de participação política em sites de parlamentares

José Carlos Sales dos Santos

Universidade Federal da Bahia

Brasil · jsalles@ufba.br

Resumo: Procura analisar as possibilidades de participação política de cidadãos interessados em conteúdos informacionais públicos, a partir dos dispositivos de interatividade disponibilizados nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia, Brasil. Com nível descritivo, a presente comunicação levanta os sítios de parlamentares registradas no *site* da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), excetuando os *blogs*. Para a coleta de dados, aplicou-se o formulário dos Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação, desenvolvido por Marques (2005), e na tabulação dos dados adaptou-se este instrumento para uma planilha no programa *Office Excel*. Os resultados desta pesquisa apontam o estado incipiente *websites* dos deputados baianos quanto às oportunidades de participação política na internet.

Palavras-chave: Informação e Tecnologia; Democracia Digital; Participação Política; Assembleias Legislativas.

Abstract: Examine the possibilities of political participation of citizens interested in informational content, from the interactive devices available on the websites of the members of the State of Bahia, Brazil. With descriptive level, this communication raises parliamentary sites registered on the website of the Legislative Assembly of the State of Bahia, except the blogs. For data collection, the form of the levels of citizen participation: the assessment scale, developed by Marques (2005), and in data tab has adapted this instrument to a worksheet in Office Excel program. The results of this research indicate the fledgling state websites of Deputies baianos as political participation opportunities on the internet.

Keywords: Information and Technology; Digital Democracy; Political Participation; Legislative Assemblies.

1 Introdução

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) revela transformações substanciais nas operações oriundas das diversas instâncias sociais, como a política. Antes os indivíduos encontravam-se dispersos geograficamente, hoje podem promover inter-relações virtuais, reconfigurando o processo dialógico. A internet constitui, assim, como uma rede profícua para a transferência das atividades humanas tradicionais (saúde, educação, cultura, política, outras) para uma cultura cibernética (ou cibercultura), pois viabiliza a produção e o compartilhamento de informação a partir de computadores interconectados.

Com o potencial de interatividade e compartilhamento de informação, acreditava-se que a rede, através dos canais interativos (*e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line*), resolveria questões relacionadas ao déficit de participação política dos cidadãos, por esta constituir uma nova esfera de discussão política na qual os indivíduos poderiam interferir na agenda política com propostas diversas, fortalecendo o processo democrático. Nesse contexto, o objetivo desta comunicação procura analisar as possibilidades de participação política dos cidadãos, a partir dos dispositivos de interatividade disponibilizados nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia.

Situando a introdução, a segunda seção discute com brevidade a relação entre governos e cidadãos no ambiente virtual para apresentar, na seção seguinte, a estrutura da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na presente comunicação, esquadriando o formulário utilizado na investigação. Nos resultados, evidenciaram-se o incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia, Brasil, quanto às oportunidades de participação política na internet, principalmente no logro de informações produzidas pelos parlamentares. A ausência de dispositivos de interatividade, que possibilitassem a comunicação entre deputados e cidadãos, demonstra o distanciamento das propostas acerca da democracia digital. Percebe-se, contudo, que os políticos analisados compreendem, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, apesar de utilizá-las de forma limitada e direcionada à promoção da imagem pública.

2 Democracia digital e participação política: internet e relações entre governos e cidadãos

Desvencilhada dos *ciberentusiasmos*¹, a internet apresenta dimensões e vantagens à participação política. Gomes & Maia (2008, pp. 307-313) elencam sete pontos importantes da dos "novos" meios de comunicação para a democratização, sintetizados abaixo:

- I. Superação os limites tempo/espço para a participação política;
- II. Expansão e qualidade do estoque de informação on-line;
- III. Comodidade, conforto, conveniência e custo;
- IV. Facilidade e extensão de acesso;
- V. Sem filtros e nem controles;
- VI. Interatividade e interação;
- VII. Oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas.

O VI ponto constitui o eixo norteador para esta comunicação por elucidar a importância dos canais interativos simétricos entre usuários cidadãos e a dimensão política. Com a vantagem de custos baixos e maior rapidez na disseminação da informação, parece existir um crescente esforço e investimento dos representantes políticos em disponibilizar informações de interesse público através da *web*, característica observada no crescimento considerável de *websites* para, em tese, ampliar a participação popular.

¹ Gomes (2008, p. 314) afirma que "o adversário em geral é menos a internet e mais a retórica sobre a internet". Os *ciberentusiasmos* afirmavam que a internet reverteria o déficit relacionado à participação política, revigorando o processo democrático.

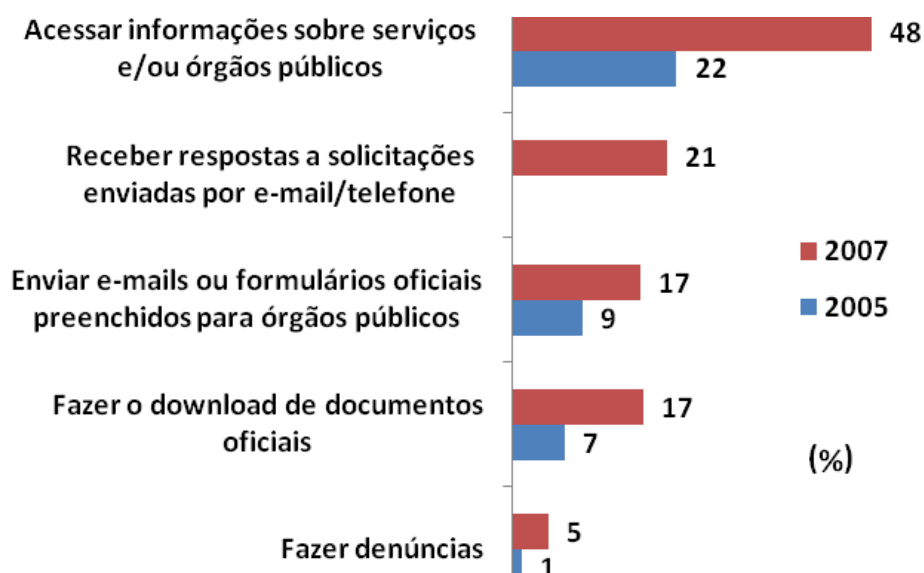
Giddens (2001, p. 83), dissertando sobre a relação do Estado com a sociedade civil, afirma que este primeiro:

[...] deveria expandir o papel da esfera pública, o que significa reforma constitucional dirigida para maior transparência e abertura, bem como introdução de novas salvaguardas contra a corrupção, [pois] os governos e cidadãos vivem agora cada vez mais num único ambiente de informação.

A internet apresenta-se como um dispositivo tecnológico na qual simplifica o contato entre os indivíduos, multiplicando as chances de interconexão. Ante estas inúmeras transformações, os governos perceberam gradualmente a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas. Ancoradas no poder de inserção e circulação, tornou-se imperativo afinar as TIC às práticas políticas, objetivando a redução de custos e prestação de contas aos cidadãos. Todavia, atualmente alguns governos, por vezes, utilizam os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como um espaço para a promoção da imagem política.

O gráfico a seguir ilustra a importância da internet para a satisfação da necessidade de informação dos cidadãos-usuários, assim como o canal interativo com os órgãos governamentais:

Gráfico 1 - Percentual sobre o total de usuários de internet²



Fonte: Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC, 2007.

Percebe-se o aumento crescente no percentual nas consultas dos cidadãos-usuários relativos aos serviços oferecidos pelo governo na internet. Destaque para o aumento de 21% na interação governo-cidadão por *e-mail* e/ou telefone, com o objetivo de receber respostas a solicitações diretamente aos representantes políticos, através da interação mútua mediada por computador. Outro aspecto importante referente ao desenvolvimento da internet condiz ao grande volume de dados disponibilizados em rede, alicerce para o regime democrático (ao menos potencial); cômicos da realidade social que os circunda, os cidadãos estariam aptos a interpretar e interferir nas decisões e nos assuntos relacionados aos seus interesses.

² Pesquisa investigou 17 mil domicílios na zona urbana, entre os meses de setembro e novembro de 2007. Base 2005: 2.085 entrevistados que usaram a internet nos últimos três meses. Base 2007: 5.823 entrevistados que usaram a internet nos últimos três meses.

A democracia, nesse contexto, atravessa por modificações influenciadas pelas tecnologias, na qual os governos passaram (ou deveriam) a disponibilizar serviços de utilidade pública direcionados ao cidadão. Desta forma, a democracia digital (ou ciberdemocracia) inclui qualquer relação entre o governo e cidadão através da tecnologia da informação, tencionando maior participação dos indivíduos no processo decisório e transparência nas transações governamentais.

Levy (2002, p.31) conceitua a democracia digital como “uma espécie de aprofundamento e de generalização [...] de uma diversidade livre em espaços abertos de comunicação e de cooperação”. Portanto, as TIC representam novas possibilidades para o exercício da prática democrática sem, necessariamente, representar uma nova forma de democracia, trazendo na sua essência as potencialidades para a ampliação da democracia, além dos aspectos relacionados exclusivamente ao voto. Alguns autores, como Tsagarousianou, Tambini & Bryan (1998, p.42), acreditam que a tecnologia “ressuscitaria o declínio da participação cidadã na vida política, [redefinindo] a política local³”, através do acesso à informação relacionada aos aspectos políticos e no processo de deliberação.

As atividades inerentes aos *websites* (transparência e conteúdos das ações governamentais) contribuem para a melhoria dos processos interativos entre os governos e os cidadãos (Gomes, 2005; Marques, 2005; Pinho, Iglesias & Souza, 2006). Os *websites* deverão promover a interação entre o governo-cidadão e a transparência governamental por meio da informação, mesmo que as “tentativas de democratização via ambiente digital não funcionem perfeitamente, ou que nem todos os cidadãos queiram participar (ou não tenham como participar) de modo espontâneo e cívico”. (Marques, 2005, p. 139). Por esse motivo, seria contraproducente desconsiderar a importância das políticas de inclusão digital, pois estas se revelam fundamentais para a participação política, ampliando o acesso a conteúdos informacionais digitais às camadas sociais menos favorecidas. Desta forma, cabe ao governo e aos representantes políticos atentarem para o potencial informacional da internet, com iniciativas que promovam interconexões com os cidadãos, fomentando as políticas de inclusão sócio-digital, a participação e a discussão política.

Diversos estudos abordam a questões relacionadas à internet, informação e participação política no Brasil. A presente pesquisa propõe, no entanto, analisar os *websites* dos Deputados do Estado da Bahia, a partir das informações existentes no site Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA. Adotar-se-á a tabela dos níveis proposta por Marques (2005), mais precisamente o quarto nível, que trabalha com o “ideal” de participação política dos cidadãos através das páginas da internet com informações políticas aprofundadas, “disposto a envolvê-lo no processo de produção da decisão política”.

3 Ambiente da investigação e procedimentos metodológicos

A Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA, localizada no Centro Administrativo da Bahia – CAB, em Salvador, representa o Poder Legislativo através dos deputados estaduais do Estado da Bahia, órgão superior de cada Estado. Atualmente conta com 63 deputados estaduais, na 16ª legislatura (2007-2011), eleitos pelo voto direto.

O Deputado Estadual, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, é compreendido como o representante do povo na esfera estadual e o mandato compreende quatro anos, com possibilidades de reeleição. Compete ao deputado Estadual, na Assembleia Legislativa, “legislar, propor, emendar, alterar, revogar e derrogar leis estaduais. Além de fiscalizar as contas do governo estadual, criar Comissões Parlamentares de Inquérito e outras atribuições referentes ao cargo” (Freitas, 2007).

A escolha para a pesquisa dos deputados estaduais da ALBA como objeto de análise converte-se à imputabilidade destes para representar o povo da esfera estadual, exercendo atividades que viabilizem as aspirações da população, a partir de discussões e aprovação das áreas econômicas e sociais. O recorte da pesquisa justifica-

³ Tradução nossa

se pela incipiência de estudos relacionados à assembleia, apresentando, assim, um objeto pouco explorado.

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa de campo de natureza descritiva. Utilizou o método de *surveys* para reunir todos os deputados do Estado da Bahia e verificar quais destes possuíam páginas pessoais na internet registradas no site da ALBA. Para a coleta de dados, aplicou-se o formulário dos Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação, desenvolvido e proposto por Marques (2005), como instrumento de pesquisa. Importante ressaltar que foram adaptadas as ferramentas do quarto nível por esta aproximar “do que pode ser idealmente oferecido para aperfeiçoar a participação políticas dos cidadãos através dos *websites* dos [deputados]” (Marques, 2005, p.8).

Quadro 1 – Formulário de participação política

	N*	B	A
CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS WEBSITES			
1 - Biografia do deputado: 1 – biografia simples e sucinta; 2 – biografia completa, informando a trajetória política, atuação parlamentar, outros.			
2 - Pesquisa de conteúdos do <i>website</i> : 1 – a pesquisa não retornou (erro); 2 – a pesquisa retornou com a informação solicitada;			
3 - <i>Clipping</i> de informações publicadas nos meios de comunicação: 1 – conteúdos simples com notícias desatualizadas; 2 – conteúdos diversos e atualizado, com áudio, vídeos e fotografias.			
4 - Arquivos com informações públicas para <i>downloads</i> (discursos, projetos, legislações): 1 – documentos desatualizados; 2 – documentos atualizados			
5 - Registro de informações de utilidade pública (polícia, bombeiros): 1 – os endereços estavam desatualizados; 2 – os endereços estavam atualizados e categorizados.			
COSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOB DEMANDA			
6 - Possibilidade de assinatura dos <i>newslatters</i> (boletim informativo): 1 – assinatura apenas de <i>newslatters</i> que abordam temas gerais; 2 – assinatura de <i>newslatters</i> com temas específicos.			
7 - Disponibilidade da agenda de atividades do deputado: 1 – agenda desatualizada; 2 – agenda atualizada, incluindo as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.			
8 - Informações que descrevam o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão): 1 – informações insuficientes, não contribuem efetivamente para o agendamento deste encontro; 2 – informações completas com orientações para agendar o atendimento;			
9 - Contato direto com o deputado ou assessoria para registrar as demandas: 1 – apenas possibilidade de contato <i>offline</i> ou <i>on-line</i> ; 2 – possibilidades de contatos <i>on-line</i> e <i>offline</i> ;			
10 - Informações com orientações ou incentivos à participação política do cidadão: 1 – informações incipientes (insuficientes) quanto à orientação; 2- informações com orientações satisfatórias, incentivando o cidadão à participação;			
POSSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE CIDADÃO E DEPUTADO			
11 - Existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas: 1 – superaram o prazo informado no <i>website</i> (não houve atendimento); 2 – atenderam à demanda no prazo informado (houve atendimento);			
12 - Resposta à demanda encaminhada: 1 – resposta automática (<i>spam</i>); 2 – resposta específica à demanda, convidando o cidadão para um encontro presencial;			
13 – Oportunidades de encontros presenciais: 1 – apenas os cidadãos registrados previamente no <i>website</i> podem solicitar um encontro com o deputado; 2 – o <i>website</i> convida os cidadãos sem o registro prévio.			
14 - Possibilidade de registrar mensagens no <i>website</i> : 1 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens, porém não permite a réplica ou tréplica dessas mensagens por outros cidadãos; 2 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens e permite a réplica ou tréplica advindas de outros cidadãos;			
15 - Disponibilidade de fóruns públicos: 1 – fóruns inativos ou sem possibilidades do cidadão sugerir temas ou outros fóruns; 2 – fóruns ativos e com possibilidades do cidadão sugerir novos temas;			
CANAIS DE COMUNICAÇÃO ADICIONAIS E ACCOUNTABILITY			
16 - Disponibilidade de formulários eletrônicos dirigidos à expressão dos cidadãos: 1 – as opiniões não são publicadas no <i>website</i> ; 2 – as opiniões são publicadas no <i>website</i> , caso o cidadão permita			
17 - Canais interativos que contribuam para a multiplicidade de acesso (SMS, quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito) para ampliar a margem da participação política: 1 – os canais eletrônicos não funcionam (inativos); 2 – os			

canais eletrônicos funcionam;			
18 - Redes sociais como canais de comunicação com os cidadãos: 1 – as redes sociais disponíveis estavam inativas; 2 – as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade.			
19 - Pesquisa de opinião pública ou enquetes: 1 – questões fechadas (repostas pré-definidas); 2 – questões semi-estruturadas (repostas fechadas e abertas) possibilitando aos cidadãos responder com especificidade.			
20 - Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública (<i>accountability</i>): 1 – informações simples, sem detalhamentos das contas; 2 – informações detalhadas das contas, com indicação do responsável dos atos administrativos			

Para a tabulação dos dados, adaptou-se o formulário para uma planilha no programa *Office Excel*, e para a discussão destes utilizou a análise quali-quantitativa. O estudo envolve apenas os deputados que possuem *websites* para, em análise posterior, verificar as possibilidades de participação dos cidadãos destas páginas.

4 Análise e discussão dos resultados

Assinalado no primeiro item, a 'biografia dos deputados' procurou identificar os conteúdos informacionais relativos aos parlamentares analisados. Este item representaria aos usuários-cidadãos interessados nos representantes políticos da ALBA uma orientação biográfica destes deputados acerca, por exemplo, da trajetória pessoal (infância, juventude, comportamento, formação acadêmica do deputado) e política (proposições, projetos sociais, aspirações políticas). As possibilidades de respostas corresponderam à ausência da biografia no sítio analisado (NÃO), a apresentação desta no formato simples e sucinto (básico) e, na perspectiva compreendida como 'ideal', uma biografia completa indicando a trajetória política do deputado, os possíveis trânsitos nos partidos políticos, atuação do parlamentar (avançado). Assim, todos os sites analisados apresentaram biografias (seja na categoria *básico* ou *avançado*), e 52% destes corresponderam às biografias simples e sucintas, e 48% às biografias completas.

Na pesquisa de conteúdo, item correspondente aos possíveis resultados de buscas realizadas nos sítios, 36% dos *websites* analisados não apresentaram um sistema de busca para inserir quaisquer termos para a consecução de informações contidas nestes sites. As simulações empreendidas pelo investigador – registro de termos para extrair resultados da pesquisa nestes sítios – não retornaram com as informações solicitadas (erro no resultado), correspondendo a 4% das análises. A pesquisa de conteúdo em 60% dos *websites* retornou com a informação solicitada, contribuindo aos usuários lograrem conteúdos específicos às suas demandas informacionais.

As notícias publicadas nos meios de comunicação, como jornais e revistas, constituíram-se numa preocupação para o desenvolvimento da pesquisa, pois, a partir destas matérias, os usuários poderão encontrar informações acerca dos deputados compiladas nos *websites* destes parlamentares. Certamente, estas informações corresponderiam às notícias que enfatizassem os aspectos positivos à imagem pública do representante político, mas o usuário ponderado e interessado poderia relacionar os conteúdos selecionados pelo parlamentar com matérias publicadas nos meios de comunicação – e convenientemente aliadas desta seleção. Assim, no item *Clipping de informações publicadas nos meios de comunicação*, 60% dos sítios investigados não possuíam matérias compiladas dos meios de comunicação, 4% destes *websites* apresentam conteúdos simples com notícias desatualizadas e 36% com informações diversas e atualizadas, com áudios, vídeos e fotografias publicadas no *mainstream media*.

O quarto item, *Arquivos com informações públicas para downloads (discursos, projetos, legislações)*, condiz ao registro e à disponibilização de conteúdos (potencialmente de interesse público) produzidos pelos deputados nos respectivos *websites*. A partir das análises, identificou-se que 12% destes sítios eletrônicos não apresentaram discursos, projetos ou moções; 4% dos sites investigados expunham documentos desatualizados (principalmente os discursos) e 84% demonstravam estes conteúdos atualizados e com possibilidades para o *download*. Os arquivos eletrônicos

registrados nos sítios dos deputados da ALBA constituem o cerne para os usuários portarem informações públicas essenciais, e independentes do instante da consulta, para 'tomarem conhecimento' das proposições e projetos dos representantes políticos.

Afora as informações produzidas nos Gabinetes dos parlamentares, esta investigação procurou identificar nos sítios pesquisados alguns *registros de conteúdos de utilidade pública*, como a Constituição Brasileira, a Constituição Baiana, perpassando pelo contato da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ou seja, informações diversas direcionadas aos usuários. Assim, 36% dos sítios não revelaram a existência destes registros, 12% estavam inativos ou desatualizados no período que o pesquisador asseverava as ligações (*links*) registradas nos *websites* e 52% possuíam estes endereços, resultando na disponibilidade e categorização dos conteúdos que informassem aos usuários dos sítios pesquisados.

Como a reunião dos itens 1 a 5 indica a consecução de informações basilares para o usuário-cidadão 'tomar conhecimento' acerca dos representantes políticos. Salienta-se que, nas modalidades de respostas, o pesquisador expõe os dados agregados brutos (*Resp.*) e o percentual agregado por item (%) com análises 'horizontalizadas', ou seja, a partir dos itens individualizados:

Centrado na consecução de informações a partir das demandas dos usuários, o agrupamento seguinte corresponde aos itens 6 a 10. No item 6, o pesquisador procura identificar as possibilidades de assinatura de *newslatters* (ou boletins eletrônicos) contidos nos *websites*. Assim, 28% dos sítios analisados não apresentaram campos específicos que possibilitassem aos cidadãos o cadastro destes boletins. A assinatura de *newslatters* que abordam 'temas genéricos' – ou seja, informações gerais e diversas – correspondeu a 64% dos sítios; 8% destes *sites* possibilitavam assinaturas em temas específicos, *on demand*.

Nos aspectos relativos à disponibilidade de uma agenda que informasse as atividades parlamentares, como viagens, reuniões e visitas a comunidades, 68% desses sítios não possuíam uma agenda das ações do deputado, ou semelhante iniciativa. Considerável também a percentagem dos *websites* que apresentaram agendas, mas que estavam desatualizadas (24%), não correspondendo ao objetivo macro da existência destas informações: os usuários informados das atividades dos representantes políticos para propor – a partir desta agenda – um possível encontro presencial. Apenas 8% dos sítios investigados apresentaram uma agenda atualizada que incluía as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.

Nesta perspectiva, a pesquisa procurou também investigar nestes *websites* informações que descrevessem o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão). A modalidade que representa a ausência deste dispositivo correspondeu a 60% dos sítios analisados; 36%, apesar de apresentarem conteúdos que correspondessem ao horário e local para um possível encontro, não contribuíam, efetivamente, para o agendamento do encontro, e somente 4% do universo de 25 *sites* válidos para esta análise atenderam ao requisito de disponibilizar informações completas com as devidas orientações para agendar um encontro presencial.

As possibilidades de participação política *on-line* e/ou *off-line* constavam na totalidade dos *websites* investigados, porém 12% destes dispunham o contato somente a partir da internet ou presencialmente. Esta análise identificou que 88% do universo dos *sites* investigados possibilitavam o contato *on-line* e *off-line*, ampliando as oportunidades de comunicação entre os usuários e os parlamentares. Este item relaciona-se estritamente com os itens concernentes à disponibilidade da agenda do deputado e com as informações que descrevam o(s) local(ais) e horário(s) estabelecidos pelo parlamentar ou Assessoria do Gabinete, pois parte-se do pressuposto que as possibilidades de participação – ou o envio de demandas – perpassam, mormente, por informações que orientem e indiquem aos usuários os meandros para compartilhar o processo político.

Considerando os três últimos itens supracitados (agenda, horário e local para o encontro e as possibilidades de contato), investigaram-se nos *websites* dos parlamentares informações (ou metadados) que orientassem ou incentivassem a participação política aos usuários interessados no processo político. Identificou-se

que 24% destes sítios não apresentaram estas informações; 52% apresentaram conteúdos incipientes (insuficientes) quanto à orientação e, nos 24% dos sites analisados incluíam orientações satisfatórias que incentivavam os cidadãos à participação, convidando estes a comporem as plataformas políticas encaminhando sugestões e demandas. No terceiro bloco, destinado às possibilidades de comunicação entre cidadão ↔ representantes políticos através dos dispositivos destinados à interatividade, no item que versa acerca da 'existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas', nenhum website disponibilizava informações esclarecendo o prazo para responder as possíveis demandas dos usuários. Sem a garantia de retorno, a ausência destes conteúdos poderá desmotivar a participação dos cidadãos interessados na 'coisa' política, pois não haveria normas que respaldassem o reclame quanto à morosidade deste retorno. Assim, os usuários que contatarem os representantes políticos através dos dispositivos de interatividade na web não estariam assegurados da efetividade da resposta, traduzidos em discursos como 'nem adianta procurar os representantes políticos, eles praticamente nunca atendem às nossas solicitações'.

Apesar da inexistência de informações que esclareçam este prazo de atendimento, o pesquisador simulou os canais interativos para identificar as possibilidades práticas de participação. No item destinado à 'resposta à demanda encaminhada', 76% dos sítios não atenderam a sugestão de encontro presencial (a mensagem encontra-se no capítulo metodológico), e empatam com 12% os retornos automáticos (os *spams*) e as respostas convidando o usuário proponente (neste caso, o presente investigador) para um encontro presencial. No item seguinte, relativo às possibilidades destes encontros presenciais, 96% dos websites permitem o agendamento com os parlamentares sem o cadastro prévio, contrapondo com os 4% que preconiza o registro antecipado dos usuários para agendar um encontro presencial com os deputados. Entretanto, estas possibilidades não asseguram a efetividade do encontro por condizer, *a priori* das análises, somente aos aspectos hipotéticos e potenciais da participação.

Como estes itens compõem o bloco destinado à comunicação entre os cidadãos e os representantes políticos, ressaltaram-se também as possibilidades de registro de mensagens nos websites investigados. A partir da totalidade, 68% dos sítios não permitem registros de conteúdos e 28% autoriza os usuários a quaisquer registros, mas não admite réplicas e tréplicas das mensagens postadas nas páginas. Restam apenas 4% dos sites que, afora autorizar postagens (registros) na página, consentem réplicas advindas de cidadãos interessados na discussão. Este recurso permite o registro e a consulta posterior ao período das postagens, e corresponde essencialmente a congratulações dirigidas ao parlamentar, denúncias sociais (*problemas com a rede de esgoto, buracos nas ruas*) e comunicações amistosas (*a cidade do deputado X sente orgulho deste homem batalhador e honesto*).

O fórum de discussão, diferente do simples registro de mensagens na página do parlamentar, é um instrumento destinado à promoção de debates de temas específicos ou livres nas páginas de sítios da internet. O último item deste bloco do formulário procurou identificar a disponibilidade de fóruns públicos nos websites dos deputados da ALBA. A percentagem expressiva condiz à carência destes fóruns de discussão em 96% dos sites analisados; os 4% restantes revelam fóruns inativos ou sem oportunidade de sugerir novos temas que o usuário julgar relevante. Nenhum sítio investigado disponibilizava fóruns ativos.

O bloco centrado nos canais de comunicações adicionais e no *accountability* corresponde à derradeira dimensão deste instrumento utilizado para a coleta de dados. A investigação previu igualmente a disponibilidade – nos websites investigados – de formulários dirigidos à expressão dos usuários para o envio de demandas dos cidadãos aos representantes políticos. Destarte, 24% dos websites analisados não contavam com a presença de formulários eletrônicos e quando os possuíam não consideravam as opiniões encaminhadas, este aspecto excedeu a metade do universo pesquisado, correspondendo aos 52%. Os 24% restantes condisseram à publicação de informações expedidas pelos usuários, caso estes consentissem compartilhar as opiniões (ou demandas) com outros 'internautas' visitantes dos websites.

O item seguinte procurou identificar os canais interativos que contribuíssem para a multiplicidade de acesso, como o SMS, indicação de quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito, para ampliar a margem da participação política. Observou-se que 84% dos sítios visitados não apresentaram 'formas outras' que ampliassem ou assegurassem a multiplicidade de acesso para os usuários interessados nas atividades políticas. Contudo, 16% do universo analisado identificaram-se na existência 'ativa' destes canais interativos nos *websites*, possibilitando a diversidade de acesso a partir destes dispositivos.

As redes sociais (*orkut, twitter, facebook*) também corresponderam à multiplicidade de comunicação entre usuários e parlamentares, mas 28% dos sítios analisados não expunham estas redes (inexiste), e 12% estas comunidades, apesar da existência, estavam inativas. A modalidade de resposta 'as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade' compreendeu 60% dos *websites*. Para ilustrar a importância destas redes sociais nos processos comunicacionais na sociedade contemporânea, o pesquisador desenvolveu um quadro para acompanhar a dinâmica de uma determinada comunidade virtual – o *twitter* – no período que antecedia às eleições de 2010. As pesquisas aconteceram em quatro momentos diferenciados, e com intervalos medianos de 45 dias entre as consultas: 1º de julho, 14 de agosto, 22 de setembro e 03 de outubro daquele ano. Esta última pesquisa ocorreu estrategicamente no domingo reservado às eleições, pois o pesquisador procurava identificar indícios que confirmassem a relação acerca da proximidade das eleições com o interesse dos cidadãos nos assuntos políticos.

Como explicitado antes, o quadro anterior correspondeu às análises dos *twitters* dos parlamentares da ALBA, com base no mês de julho de 2010. Neste mês, os números inteiros dos seguidores⁴ utilizados como base para estas análises, evidenciou um aumento considerável no mês seguinte à pesquisa inicial, exceto os perfis dos deputados José Nunes e Neusa Cadore que indicaram a redução de seguidores (menos 60 e 113 seguidores, respectivamente) devido às mudanças dos endereços virtuais. Observou-se nos meses subsequentes um contínuo aumento de seguidores supostamente interessados nos conteúdos informacionais disseminados pelos parlamentares, como opiniões, denúncias e agenda de compromisso. O quadro revela um considerável decréscimo de seguidores na data das eleições (03 de outubro de 2010), como exemplo o *twitter* do deputado Arthur Maia, que no primeiro mês da investigação apresentava 1014 seguidores; em agosto acresce para 1129 (um aumento de 115 seguidores), no mês seguinte para 1778 (a margem aumenta para 649 seguidores) e último período decresce para 1187, ou seja, um 'déficit' de 591 seguidores. O deputado Gaban, no entanto, manteve o número de seguidores.

O penúltimo item do formulário, destinado à identificação de enquetes ou pesquisas de opinião pública, descortinou que 32% dos *sites* analisados não apresentaram estes recursos; 66%, apesar de possuírem enquetes ou pesquisas de opinião, constituíam-se de campos fechados que impossibilitam aos usuários respostas específicas às questões estabelecidas nos *websites* destes deputados. Os sítios que autorizam os usuários a responderem especificamente às enquetes, exprimindo opiniões afora do solicitado, corresponderam a um número inferior do universo investigado, como 4%.

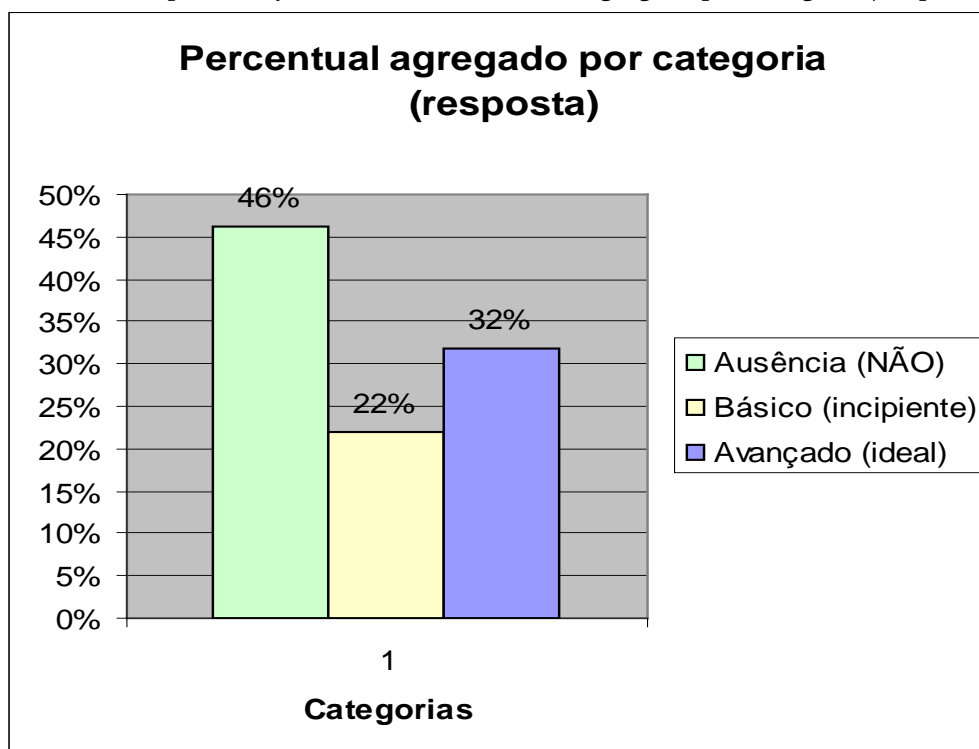
Na sequência, interessou também reconhecer como os representantes políticos disponibilizam os gastos públicos nos respectivos *websites*. A pesquisa identificou que 92% dos parlamentares não dispõem nos sítios conteúdos destinados à prestação de conta das verbas públicas, preterindo, inclusive, informações básicas e sem detalhamentos. Somente 8% dos *sites* visitados apresentaram informações minuciosas destas contas com indicação dos responsáveis pelos atos administrativos.

A exposição acima constituiu a primeira etapa da apresentação dos dados coletados nos dias 10 a 20 de janeiro de 2011. Esta etapa dispôs percentualmente os dados agregados do universo dos *websites* válidos para investigação (ativos), ou seja, aqueles que possibilitavam o acesso de usuários interessados na obtenção de informações, ou na comunicação com os parlamentares. Destarte, o próximo gráfico

⁴ Termo utilizado por esta rede social quando indivíduos 'seguem' o perfil de outros indivíduos no *twitter*, incluindo celebridades, políticos ou simplesmente os amigos.

expõe as percentagens totais alcançadas nas modalidades de resposta, contribuindo para uma visualização completa das tendências relativas à participação política nos sítios dos deputados da ALBA.

GRÁFICO 1 – Representação Gráfica do Percentual Agregado por Categoria (Resposta)



Evidencia-se um relativo equilíbrio entre as categorias de respostas que conferem à ausência (46%) e à presença (54%) dos itens elencados no formulário de pesquisa orientado às análises dos *websites*. A diferença de seis pontos percentuais que distancia a ausência absoluta e a existência relativa destes itens relacionados à participação possibilitou ao pesquisador, contudo, uma visualização panorâmica dos sítios investigados. A existência relativa dos itens identificados nestes *sites* condiz, exclusivamente, ao caráter incipiente dos resultados, pois, apesar da presença destes dispositivos, a participação dos usuários não estaria assegurada. Estes itens identificados correspondem à soma das categorias *incipientes* (22%) e *ideais* (32%).

6 Considerações finais

A gradativa superação de fatores que limitam o acesso à informação reconfigura, mormente, a estrutura tradicional da prática política. Consultar cursos on-line, estabelecer contatos com representantes políticos, acompanhar a utilização das verbas públicas ou propor agenda de discussão das políticas públicas torna-se possível a partir das tecnologias de informação e comunicação, na qual os governos apropriam-se desses canais para disponibilizar serviços vários aos cidadãos.

O regime democrático, nesse contexto, atravessa por modificações influenciadas pela cultura do ciberespaço, na qual os governos passaram a disponibilizar serviços de utilidade pública direcionados ao cidadão. Desta forma, a democracia digital (ou ciberdemocracia) inclui qualquer relação entre o governo e cidadão através da tecnologia da informação, tencionando maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*.

Os resultados desta comunicação inferem o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede, principalmente no logro de informações públicas. A ausência de fóruns de discussão nas páginas analisadas, por exemplo, demonstram o distanciamento das

propostas acerca da democracia digital. Percebe-se, contudo, que os políticos analisados compreendem, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, apesar de utilizá-las de forma limitada e direcionada à promoção da imagem pública.

Os *websites* pareceram corresponder, quase exclusivamente, à divulgação e à promoção da imagem política dos deputados no ciberespaço. Condicionar a participação política constitui uma lógica que deveria entremear, não somente ao discurso ou à retórica, as práticas administrativas dos governos e representantes eleitos pelos cidadãos. Contudo, o perceptível aumento destes sítios na internet representa os primeiros anúncios dos agentes governamentais com relação à centralidade das tecnologias da informação na sociedade contemporânea.

Ressalta-se que estas considerações condizem somente a presente comunicação, considerando o momento histórico da realização da pesquisa e o recorte do objeto empírico da investigação. Importante que pesquisadores interessados repliquem as técnicas e os instrumentos construídos nesta investigação em diferentes situações e agentes políticos, como senadores, deputados federais, vereadores, para identificar possíveis contradições nos resultados. A ciência está engendrada nestas premissas, assim como na construção de conhecimento orientado ao desenvolvimento social.

Referências

Amaral, M. S. & Pinho, J. A. G. (2008) Sociedade da Informação e democracia: procurando a *accountability* em Portais Municipais da Bahia. *XXXII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, 2008. 1 CD-ROM.

Borges, J., Nascimento, J. & Silva, H. P. (2005). Análise das informações disponibilizadas no portal de serviços e informações do Governo Federal. *Diálogo Científico*. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000526/01/JoaniceJussaraHelena.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação - CETIC (2007). *Percentual sobre o total de usuários de internet*, [São Paulo]: CETIC.

Egler, T. T. C. (2005). Interação eletrônica no Governo do Rio de Janeiro. In: 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu - MG., p. 58-62 Disponível em: <cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2005_058.content.pdf>. Acesso em: 17 out. 2008.

Freitas, E. [Política: deputado estadual]. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/deputado-estadual.htm>>. Acesso: 20 maio 2009.

Giddens, A. (2001). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4 ed. Rio de Janeiro, Record.

Gomes, W. & Maia, R. C. M. (2008). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus.

Lévy, P. (2002). *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Marques, J. (2005). A democracia eletrônica em dois momentos. In: LEMOS, André. *Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais.

Marzouki, M. & MÉADEL, C. (2006). La corégulation d'internet comme instrument d'action publique: démocratie deliberative ou organisation des pouvoirs? *Colloque International Démocratie Participative en Europe*, Toulouse, France, p. 27-33, novembre.

Pinho, J. A. G. (2008). Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. *Revista VeraCidade*, v.7, p.35-49.

Pinho, J. A. G., Iglesias, D. M. & Souza, A. C. P. (2006) Portais de governo eletrônico de estados o Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. *XXX Encontro do ANPAD*, Salvador.

Polat, R. K. (2005). The Internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, n.20, v.4. Disponível em: <<http://ej.sagepub.com/cgi/content/abstract/20/4/435>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Santos, L. A. (2005). Prestação de contas, acesso a informação e participação e processo decisório governamental. *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública*, Santiago, Chile, p.1-20, oct.

Silva, H., Jambeiro, O. & Lima, J. et al. (2005). *Inclusão Digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania* Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr.

Tsagarousianou, R., Tambini, D. & Bryan, C. (Ed.) (1998). *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London: Routledge.